

Resenha bibliográfica

Pobreza urbana

Santos, Milton. *Pobreza Urbana*. Coleção Estudos Urbanos. São Paulo, Recife: Editora Hucitec, UFPE, CNPU, 1978. Vol. 1. 120 pp.

ALOISIO BARBOZA DE ARAUJO *

O Professor Milton Santos, além de ser conhecido internacionalmente nos meios acadêmicos ligados à Geografia e aos Estudos Regionais, é autor de importantes obras, destacando-se *Por uma Geografia Nova* e *Les Villes du Tiers Monde*. Logo, trata-se de um estudioso do fenômeno urbano, tendo apresentado contribuições efetivamente originais e relevantes.

Este último livro, entretanto, nada acrescenta ao conjunto de sua obra, seja porque não há novas abordagens, seja por não se tratar de um livro homogêneo e coerente. Trata-se, a rigor, de um conjunto de notas sobre a pobreza urbana, acompanhado de alentada bibliografia. De fato, das 120 páginas que compõem o livro, 70 referem-se a notas e a referências bibliográficas, dividindo-se o restante em cinco capítulos curtos, em que se abordam problemas definicionais, estatísticos, semânticos, econômicos e filosóficos.

Ao invés de conterem tais capítulos uma exposição, ainda que resumida, das idéias do autor, este preferiu privilegiar as idéias às quais ele é contra. Tem-se, assim, muito mais uma resenha das teorias consideradas "inaceitáveis", do que uma explanação clara das idéias do autor.

No primeiro capítulo, por exemplo, o autor investe — um pouco impetuosamente — contra as estatísticas, considerando-as falidas, se-

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

gundo o próprio subtítulo. As deficiências apontadas pelo autor parecem ser conhecidas de todos: imperfeições na coleta, dificuldades de comparabilidade internacional, problemas do sistema de preços, etc. Não é menos conhecido o objetivo proposto de "seleccioná-las e usá-las com aquele senso crítico agudo reivindicado por Polly Hill" (p. 6). É difícil imaginar pesquisadores honestos que não tenham este objetivo em mente, assim como é difícil pesquisar privando-se de informações estatísticas, ainda que imperfeitas.

Da mesma forma, parece de pouca serventia a recomendação de que "o assunto exige um tratamento dinâmico, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta" (p. 10). Ora, a ambição do pesquisador é precisamente esgotar a compreensão do fenômeno.

Por outro lado, lido este primeiro capítulo, não me parece respondida a questão do título: pode-se definir a pobreza? Tem-se a impressão de que o autor julga que não. Está-se assim diante de uma curiosa situação: estudar-se algo que é indefinível e indefinido.

No capítulo seguinte, o autor elabora uma resenha das "teorias parciais" da pobreza, julgando-as todas inadequadas, uma posição a meu ver correta, quando se trata de teorias com conteúdo francamente ideológico. No entanto, não surge a esperada explicação global, terminando-se o capítulo com um verdadeiro truísmo: "as raízes dessa crise urbana encontram-se no sistema mundial. É, portanto, nesse nível que se podem encontrar explicações válidas. É necessário voltar-se para as raízes do mal, para fazer uma análise correta e estar em condições de fornecer soluções adequadas" (p. 22).

Os dois capítulos seguintes discutem os "circuitos" da economia urbana, rejeitando-se as expressões marginal, informal, etc. Conquanto pareça-me correto o autor quando insiste na funcionalidade deste segmento da economia urbana, boa parte da discussão fica prejudicada pela ligação espúria entre o conceito de informal e o de irracional, que não é usual na análise econômica. Se se entende por informalidade a ausência de certas características como horários precisos de trabalho, legislação trabalhista, técnicas intensivas em capital, etc., nada obsta que se classifique este setor como informal. Como em toda a classificação, haverá certo grau de arbitrariedade, presente, aliás, na própria classificação do autor. Algumas das características dos circuitos superior e inferior são claramente

arbitrárias; além disso, se se substituir superior por formal e inferior por informal, ter-se-á uma mera troca de palavras, visto que os conceitos, em ambas as denominações, encerram idéias bastante semelhantes.

No último capítulo, fala-se novamente nas teorias parciais da pobreza, alude-se novamente à “explicação global”, que, uma vez mais, não nos é fornecida. Algumas idéias são intuitivamente atraentes, mas carecem de uma demonstração razoável: “as empresas maiores (...) não estão interessadas em usar técnicas de trabalho intensivo (*sic*), porque as massas operárias (...) representam uma ameaça” (p. 69).

Tem-se, assim, a impressão de uma certa frustração por não se ver atingido o objetivo de qualquer obra: a exposição clara e lógica de idéias originais.

A extensa bibliografia apresentada representa sem dúvida um louvável esforço; resente-se, todavia, da ausência de uma classificação por temas, visto que estes transcendem os problemas urbanos, e da ausência de comentários, descritivos ou opinativos. Dessa forma, há tão-somente um registro de obras, sendo por vezes difícil aquilatar a sua importância.

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

IPEA — Serviço Editorial: Nilson Souto Maior (Revisão);
Gilberto Vilar de Carvalho (Coordenação de vendas).

Composto e impresso no Centro de Serviços Gráficos do IBGE, Rio de Janeiro — RJ.